

ERA UMA VEZ... A GÊNESE E O DESENVOLVIMENTO DA REDE CEDES COMO EXPERIÊNCIA DE GESTÃO PARTICIPATIVA DO MINISTÉRIO DO ESPORTE DO GOVERNO FEDERAL – 2003/2018

Recebido em: 10/11/2021

Aprovado em: 25/02/2022

Licença: 

*Leila Mirtes de Magalhães Pinto*¹
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Belo Horizonte - MG – Brasil

*Wilson Lino*²
Universidade Federal de Goiás (UFG)
Goiânia – GO – Brasil

RESUMO: Objetivou-se analisar a gênese e o desenvolvimento da Ação Programática/Programa Rede CEDES, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer do Ministério do Esporte, visando identificar estratégias de gestão, seus resultados, bem como determinantes socioculturais, econômicos e políticos presentes. Estudo de natureza quali-quantitativa que reuniu pesquisa documental, bibliográfica e informações obtidas por entrevistas realizadas com gestores(as) e pesquisadores(as) participantes da experiência analisada. Identificamos uma experiência de Política Pública de Esporte e Lazer que prezou pela gestão participativa em rede e culminou na criação de Centros de Pesquisas em cada Unidade da Federação, que alcançaram resultados significativos, considerando sua diversidade, convivência entre o estruturado e o não estruturado, articulações, rede de conhecimento, formação e informação.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas de esporte e lazer. Rede CEDES. Gestão participativa em rede.

¹ Professora de Educação Física, docente da UFMG, doutora em Educação pela UFMG, mestre em Educação Física: Recreação/Lazer pela Unicamp e especialista em Pedagogia do Esporte pela UFMG. Foi diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte/SNDEL/ME de 2007 a 2011 e consultora da Rede CEDES de 2014 a 2019. Pesquisadora em lazer e políticas públicas, possui várias publicações e experiências científico-pedagógicas e de gestão nestas áreas.

² Professor de Educação Física, docente FEFD/UFG, mestre e doutor em Educação Física pela UNICAMP, especialista em Políticas Públicas pela FCS/UFG. Pesquisador vinculado à Rede CEDES desde 2004; coordenador do Centro de Desenvolvimento de Pesquisa em Políticas de Esporte e Lazer da Rede CEDES do Estado de Goiás, desde 2015; Coordenador Científico e Pedagógico Nacional da Rede CEDES, no período de 16 de março a 16 de setembro de 2018. Pesquisador em políticas públicas de esporte e lazer, membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Esporte, Lazer e Comunicação – GEPELC/FEFD/UFG.

**ONCE UPON A TIME... THE GENESIS AND DEVELOPMENT OF THE
CEDES NETWORK AS A PARTICIPATORY MANAGEMENT EXPERIENCE
OF THE MINISTRY OF SPORT OF THE FEDERAL GOVERNMENT -
2003/2018**

ABSTRACT: The aim of this study was to analyze the genesis and development of programmatic action - CEDES Network Program, of the National Secretariat for Sport and Leisure Development of the Ministry of Sport, in order to identify management strategies, their results, as well as sociocultural, economic and political determinants present. A qualitative-quantitative study that gathered documentary, bibliographic and information research obtained from interviews with managers and researchers participating in the analyzed experience. We identified an experience of public policy of sport and leisure that valued participatory management in network and resulted in the creation of Research Centers in each City of the Federation, and that produced significant results, considering their diversity, the coexistence between the structured and the unstructured, articulations, knowledge network, training, and information.

KEYWORDS: Public policies of sport and leisure. CEDES Network. Participatory network management.

Ponto de Partida

Ainda que as primeiras intervenções do Estado brasileiro no âmbito do esporte tenham se iniciado na década de 1940, quando o poder público passou a reconhecer e controlar as manifestações do esporte no interior da sociedade brasileira, o tema da Política Pública de Esporte e Lazer alcançaria maior visibilidade na primeira década do século 21 (STAREPARAVO, 2011), resultado de mudanças significativas na vida social dos brasileiros e de um conjunto de ações de diferentes grupos e atores do setor. O esporte e o lazer entram na pauta das políticas públicas em função do seu reconhecimento como direito social pela Constituição Federal de 1988 e outras ações que visaram garantir a efetivação desse direito. Dentre estas destacamos a criação do Ministério do Esporte – ME, pela Medida Provisória nº 103 de 2003, organizado, inicialmente, em três Secretarias Nacionais: de Esporte de Alto Rendimento – SNEAR,

de Esporte Educacional – SEED e de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer – SNDEL.

E uma das ações deste Ministério, objeto deste estudo, foi a criação da Rede CEDES - Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer. Implantada em 2003 como ação programática da SNDEL gerenciada pelo Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte - DCTEC, em 2014 tornou-se o Programa Rede CEDES.

Rede CEDES: Que Rede é Esta?

Para começar, a professora e mestre em Educação Física Rejane Penna Rodrigues, Secretária Nacional da SNDEL de abril de 2006 a dezembro de 2011, nos lembra que

na política pública, o esporte, que nos últimos 20 anos estava sempre junto a outras áreas, ganhou uma dimensão que o valorizou em si mesmo, ou seja, hoje [2014] existem Secretarias Municipais de Esporte e Lazer e não só, por exemplo ‘Esporte, Lazer, Turismo e Cultura’. Principalmente no Governo Federal, com a criação do ME, que apesar de ter como objetivo principal o lazer esportivo, criou também a Secretaria Nacional de Esporte e Lazer. Esse foi um período que fez com que aprofundássemos as políticas destas duas áreas. E como as políticas precisavam atender todo o Brasil, considerando as diversidades culturais, elas avançaram em propostas concretas, com aprofundamentos teóricos, não ficando apenas nas ações ou repetições de programações já existentes. Começamos a refletir de uma maneira participativa com a comunidade, por exemplo, o que seria o lazer enquanto direito do cidadão e que lazer é este. (Informação verbal)³.

A Portaria nº 92, de 17/07/2003 aprovou o “Regimento interno do ME”, revogando as Portarias nº 67, de 09/03/1999 e nº 249, de 28/11/2002, do extinto Ministério do Esporte e Turismo. Segundo este Regimento a SNDEL seria organizada em: Gabinete do Secretário, Departamento de Políticas Sociais de Esporte e de Lazer (DPSEL) e Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte (DCTEC). Este último foi responsabilizado pelo desenvolvimento científico e tecnológico do Esporte e do

³ Fonte: Entrevista publicada em PINTO, 2014.

Lazer do ME, sua produção e difusão, documentação, informação, cooperação e intercâmbio.

É bom lembrar que, no Governo Federal, desde final dos anos de 1990, a ciência era fomentada pelo INDESP (Instituto Nacional para Desenvolvimento do Desporto). Em 2001, apoiando pesquisas na área das Ciências Aplicadas ao Esporte voltadas ao alto rendimento, foram criados, pela Secretaria Nacional de Esportes do ME, os Centros de Excelência Esportiva (CENESP), em 14 universidades brasileiras.

Na SNDEL, em 2004, a ação “Estudos e pesquisas”, junto com a ação de “Edição e distribuição de material técnico e científico relacionados ao esporte recreativo e de lazer” transformaram-se na Rede CEDES gerenciada pelo DCTEC e incluída como uma das ações do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), executado pelo DPSEL.

Segundo o professor de Educação Física e doutor da Universidade de Campinas, Lino Castellani Filho, secretário da SNDEL no período de janeiro de 2003 a abril de 2006,

nas nossas primeiras negociações (com a participação de Luiz Camargo Fernando Veronez, professor de Educação Física da Faculdade Federal de Pelotas do Rio Grande do Sul), pelo nosso perfil acadêmico, defendemos que o DCTEC deveria ficar ligado à SNDEL, o que foi aceito sem problemas. Nesse Departamento, o que já existia do governo anterior era a Rede CENESP, que entendia a excelência esportiva exclusivamente na lógica do esporte de alto rendimento. Entretanto, nesta ocasião, por meio de articulações dos pesquisadores da Rede CENESP junto ao secretário da SNEAR e o Ministro do Esporte, esta Rede foi retirada do DCTEC e subordinada à SNEAR. Então decidimos criar um centro de pesquisa na configuração de rede de estudos voltados ao esporte na perspectiva da configuração de política pública, diferente do que a Rede CENESP vinha fazendo. A proposta era discutir esporte estudantil, esporte escolar, esporte recreativo e criar na rede um centro de pesquisa voltado a qualificação da gestão pública no campo da política esportiva. (Informação verbal)⁴.

Alinhada aos Planos Plurianuais (PPA) de 2004/2007 e 2008/2011 do ME foi criada a Rede CEDES, tendo como principal fundamento a Constituição Federal Brasileira de 1988, considerando seus artigos 217 e 218. O primeiro trata o esporte e o

⁴ Fonte: Extrato de entrevista realizada pela equipe de TI da Rede CEDES, em 2015.

lazer também como direitos individuais (BOBBIO, 2000), reconhecendo a autonomia, identidade e igualdade dos sujeitos o que pressupõe a educação de todos como pré-condição para o acesso aos bens que lhe são de direito e exercício da liberdade. O segundo afirma que o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica, visando participar da educação da população e da orientação de gestores e agentes nas suas tomadas de decisões sobre as políticas públicas do País.

Nesse sentido, os CEDES propuseram, em 2005, produzir e socializar conhecimentos fundamentados nas Ciências Humanas e Sociais, visando maximizar o acesso aos conhecimentos científico e tecnológico nas áreas da gestão do esporte recreativo e lazer. Ao longo do tempo, ampliaram-se os objetivos e metas, sendo, hoje, seu objetivo geral: produzir e socializar conhecimentos científicos fundamentados nas Ciências Humanas e Sociais, promovendo atividades de formação, contribuindo com a qualificação das Políticas Públicas do Esporte e do Lazer no País. Os objetivos específicos/metasp são: 1. Estruturar Centros de Pesquisas (um em cada Unidade da Federação (UF); 2. Realizar pesquisas (pelo menos uma em cada Centro, considerando 10 linhas de estudos do Programa); 3. Socializar informações e conhecimentos produzidos (obrigatoriamente pelo Repositório da Rede CEDES e à escolha dos pesquisadores por meio de: livro, capítulo de livro, artigo, Anais científicos, Centro de Memória); 4. Formar e/ou assessorar pessoas e instituições (à escolha dos pesquisadores, promovendo: formação de equipe; atividade de ensino, extensão acadêmica e orientação de trabalhos científicos; intercâmbios; bem como acompanhamento/intervenção em processos políticos, pela participação em comissões

parlamentares, debates sobre ordenamento legal, planos, conferências, conselhos, sistemas etc.).

Para alcance dos seus objetivos/metapas, a Rede buscou assegurar uma gestão ética, transparente e participativa, usando estratégias de “Gestão Participativa em Rede” que, segundo Ricci, Sotero e Barbosa (2001), implicam: 1) diagnóstico de condições para o desenvolvimento de ações horizontais em Rede; 2) leitura e diálogo permanentes sobre problemas locais, regionais, nacionais e internacionais; 3) descentralização; 4) implantação de unidades multifuncionais; e 5) criação de sistema de informação.

Quando se pensa no estudo de uma gestão, imagina-se uma comparação entre o desejável (objetivos, metas e metodologias) e o que efetivamente aconteceu. Isto é o que propomos fazer neste artigo, com foco na experiência da Rede CEDES e a “Gestão Participativa em Rede”, conscientes de que esta sofreu inúmeras interferências advindas da conjuntura, posições políticas, valores pessoais e escolhas segundo interesses individuais e/ou coletivos. Por isso, consideramos avanços, percalços e limites vividos pela Rede CEDES de 2003 a 2018, atentos ao enfrentamento de determinantes socioculturais, econômicos e políticos experimentados em estreita relação com a política esportiva nacional e a importância atribuída à democracia⁵.

Nessa pesquisa, de natureza quali-quantitativa, recorreremos a técnicas de pesquisa documental⁶, bibliográfica e análise das informações obtidas por meio de

⁵ Neste estudo a democracia é compreendida como um processo no qual se constata, por um lado, a crescente socialização da participação política, contemplando a presença não só de formas de representação, mas também de institutos de democracia direta e participativa e, por outro, a garantia da coexistência das condições jurídicas e econômico-sociais viabilizadoras do efetivo cumprimento destas ‘regras’ (COUTINHO, 2006).

⁶ Foram consultados documentos impressos, que podem ser acessados pela internet, site do ME e Repositório da Rede CEDES, como: documentos normativos, regimentos, diretrizes, planos, relatórios anuais de gestão da SNDEL/SNELIS, que incluem as ações da Rede CEDES, pesquisas, Chamadas/Editais Públicos, prêmio, reuniões nacionais de pesquisadores e eventos promovidos/apoiados pela Rede CEDES analisados neste artigo. Além disso, investigamos relatórios de consultores,

entrevistas com gestores(as) e pesquisadores(as) participantes da experiência investigada, a partir das perguntas: Como e por que foi criada a Rede CEDES? Como se deu sua estruturação e desenvolvimento no período entre 2003 e 2018? Como se desenvolveu a “gestão participativa em rede”? Que avanços, percalços, limites e impactos sociais foram identificados na experiência estudada?

Aspectos Macropolíticos

Para a apreensão do movimento de constituição da referida Rede, julgamos necessário considerar aspectos macropolíticos que interferem/interferiram na organização e no funcionamento do Estado brasileiro, por um lado, e, por outro, na compreensão de que um governo não deva ser concebido como um bloco ideológico único e homogêneo, embora se possa identificar, em alguma medida, a hegemonia de correntes ideológicas e/ou de grupos políticos que o compõem.

Consideramos também influências do ‘processo de globalização’ (NOGUEIRA, 2004) sobre os modelos de regulação estatal, que interferem nos padrões de relação entre Estado, sociedade civil e mercado; e avanços nos processos de democratização dos Estados na América Latina ao final do Século 20 (BORON, 1994), atentos à democratização do Estado brasileiro no início do Século 21 (NOGUEIRA, 2004). Democratização que, hoje, vive a retomada e crescimento de um movimento conservador e ultraneoliberal, que tende à desconstrução da rede de proteção social (COHN, 2020).

Tais notas permitem identificar que a reflexão sobre as ‘nascentes e frágeis’ democracias em nosso continente, e no Brasil, é inseparável da análise sobre a estrutura

pesquisadores/coordenadores de Centros de Pesquisas e outras publicações da/sobre Rede CEDES, que registram sua trajetória.

e dinâmica do modo de organização, produção e reprodução da sociedade. Que os temas clássicos do discurso democrático – a soberania popular, a representação política, a divisão de poderes, o império do direito, o exercício das liberdades e as dimensões da igualdade – não podem desconsiderar suas bases e consequências econômicas e sociais.

Ao analisar a Política Social Brasileira – PSB – de 1964 a 1992, Fagnani (1997) identificou três estratégias de sua implementação: a Conservadora (1964/85); a Reformista (1985/88); e a Contrarreforma Conservadora (1987/92). O autor demonstrou avanços e retrocessos, continuidades, descontinuidades e alternância de poder entre as ‘elites políticas’ como características marcantes da PSB no período estudado. As evidências da pesquisa despertam nosso interesse pela semelhança com o observado no desenvolvimento das Políticas de Esporte e Lazer, sobretudo em relação à ampliação dos setores incorporados pela PSB⁷ pelo ‘sopro democrático’ no período da ‘estratégia reformista’⁸ e a prevalência dos traços estruturais da ‘estratégia conservadora de 1964/85’, no período de implementação ‘contrarreforma conservadora’.

A influência das ideias neoliberais e o impacto das reformas do Estado incidiram de modo marcante na formulação e implementação de políticas públicas setoriais para o Esporte e Lazer e na formação da opinião pública como estas deveriam ser

⁷ Considerando as análises do autor, a consignação do direito ao lazer (e ao esporte) na Constituição Federal de 1988 se deu de modo formal, também. Com a criação do ME o tema entraria para ‘Agenda da Política Nacional’, inicialmente pela sua valorização como um direito social, a partir de programas voltados à universalização do acesso às práticas da cultura corporal, garantindo ao povo brasileiro a apreensão de um ‘patrimônio cultural da humanidade’; e, posteriormente, a partir da valorização dos fenômenos esportivos e de lazer circunscritos ao seu ‘potencial’ para alavancar o desenvolvimento econômico brasileiro, por um lado, e pela sua ‘qualidade’ na formação de talentos esportivos, por outro.

⁸ Segundo Fagnani (1997, p. 185), o processo Constituinte introduziu avanços formais, visando corrigir iniquidades e ampliar direitos, mas não resistiu à ‘fissura’ na coalizão governista da Nova República, possibilitando a realização de um ‘pacto conservador entre elites’, negociado pelo alto, tendo no Executivo do período o apoio necessário, fenômeno que chamou de ‘sopro democrático’. Identificamos semelhança no processo de formulação e implementação da Política Nacional do Esporte, ao longo dos últimos 20 anos. O ‘sopro’ refere-se ao período, 2003-2006, no qual se cogitou a democratização da Política e o ‘pacto’, entre os ‘Senhores do Esporte brasileiro’ e o Governo Federal, sobretudo membros do ME, visando garantir a reorientação da política nacional esportiva, tendo por eixo orientador os megaeventos esportivos.

desenvolvidas. Como constataram Silva, Silveira e Ávila (2007, p. 148) “[...] no âmbito das políticas públicas um forte apelo midiático e ideológico no que tange à priorização do esporte [era] claro, [secundarizando o] direito social ao esporte como eixo central das ações de Estado e de suas relações com a sociedade civil”. Neste sentido, o componente discursivo segundo o qual o esporte é importante instrumento de atenuação das mazelas sociais foi recorrente e tomado como principal vetor para a formulação das políticas.

A produção teórica da Educação Física e das Ciências do Esporte mostra a influência das mudanças na concepção de Estado e a configuração de seu ‘papel’ na sua relação com o Esporte e o Lazer. Torna evidente a continuidade de uma relação que é marcante desde a década de 1930, durante o período conhecido como Estado Novo, quando o Estado passou a intervir de forma contundente no âmbito esportivo. Essa intervenção é caracterizada, essencialmente, por um forte controle estatal, sustentado “[...] em princípios tutelares, corporativos e arbitrários” (LINHALES, 1997, p. 220).

A política assim concebida, centralizadora e tutelada pelo Estado, permaneceu sem significativas alterações durante um grande período. O discurso do acesso ao esporte sempre esteve vinculado a interesse mais abrangente de seleção de talentos esportivos para o esporte de alto rendimento, fortemente incentivado desde o regime da ditadura militar brasileira, visando à afirmação político-ideológica do País no plano internacional e, como se pode verificar, manifestando-se na configuração de grandes eventos esportivos, realinhando interesses, reaproximando agentes e indicando o abandono da perspectiva da democratização do acesso às políticas públicas para o setor.

As evidências já indicadas podem ser observadas em ações empreendidas por vários gestores do ME e/ou na forma pela qual o tema fora abordado discursivamente. O primeiro apontamento indica a discussão dos textos do IPEA – fundação pública

vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos, que visa fornecer suporte técnico e institucional às ações governamentais – que, a partir de 2008, passou a financiar pesquisas que tematizaram o Esporte nos campos econômicos e administrativos, por meio do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional – PNPd. Estudos que influenciaram mudança do foco da Política Nacional do Esporte – PNE como política de garantia de direitos à política de fomento de megaeventos esportivos. Daí, observamos importante articulação entre diversas esferas e instituições do Governo Federal, indicando sintonia entre os gestores do ME, demais ministérios e a Presidência da República.

Em relação ao discurso de gestores do ME, observamos, inicialmente, a reprodução das concepções difundidas por organismos multilaterais, como a ONU, que tomam o esporte como ‘ferramenta da paz’⁹. E, a partir da necessidade de legitimação da realização dos Jogos Pan-Americanos Rio2007 vislumbrando a possibilidade de promoção de outros megaeventos esportivos no País, notamos a ênfase na afirmação do esporte como ‘forte indutor de desenvolvimento’¹⁰ ou um ‘fator para o desenvolvimento econômico’¹¹ capaz de, simultaneamente, ampliar a empregabilidade no País e criar condições para o desenvolvimento das ‘cidades empreendedoras’¹², combinando “[...] a ação governamental e interesses privados (...) na invenção de lugares e na regeneração de espaços de desvalia” (MASCARENHAS, 2012, p. 41).

Neste contexto, o circuito internacional de eventos esportivos impactou nas decisões orientadoras da PNE, aglutinando forças e interesses que perduram até hoje.

⁹ Ver: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/publicacoes/esporteParaDesenvolvimentoPaz.pdf>

¹⁰ Ver: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atualizacao/Esporte/index.html

¹¹ Na Biblioteca do IPEA encontram-se textos que analisam, e/ou avaliam os impactos econômicos do esporte, em geral, e dos Megaeventos Esportivos, em particular. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1246&Itemid=68 isponv

¹² Ver: <http://www.brasildefato.com.br/node/11611>

Segundo Castelan (2011) os megaeventos esportivos foram assumidos como eixo orientador da pauta prioritária do Governo Federal, implicando no abandono das deliberações das Conferências Nacionais de Esporte - CNE.

Com efeito, a presença do Estado brasileiro nas questões do Esporte é incontestável e está registrada na própria história da organização social e política brasileira. O embate entre liberalizantes e conservadores, no período de redemocratização do País, foi o responsável pelo surgimento da autonomia e pluralidade como elementos de mudança. Contraditoriamente, mesclam-se aos traços deixados pela conservação de antigas práticas clientelísticas e patrimonialistas (CASTELLANI FILHO; VERONEZ; LIÃO JUNIOR, 2008), com esforços para a democratização da política. Este cenário evidencia a importância da ampliação da participação de ‘novos atores sociais’ nos espaços decisórios criados pelo processo de nossa redemocratização.

Para Klaus Frey (2000) a localização dessas ‘arenas decisórias’ (FREY, 2000) possibilitou identificar duas tendências. A primeira sintonizada com a ampliação da participação política de novos atores, como mencionado, e a segunda com a recomposição da ‘elite dominante’ responsável pela manutenção de práticas políticas questionadas anteriormente. Tal constatação nos mostra a contradição desse importante processo de reconfiguração da PNE e o constante movimento de ‘luta’ pela democratização.

Observamos que, no ‘movimento’ ocorrido ao longo dos Governos dos Presidentes Lula, Dilma e Temer, a confluência de demandas e representações no campo político, resultante de uma arena bastante diversificada com iniciativas e concepções distintas em torno da questão do Esporte e Lazer, resultaram em disputas de projetos e grupos, que promoveriam mudanças significativas entre os objetivos

consignados na PNE, nas deliberações da I e II CNE e os programas, projetos e ações materializados.

Ainda que notas anteriores indiquem o cuidado necessário à análise das políticas públicas de Esporte e Lazer, é incontestável que esses fenômenos socioculturais passaram a ser tratados como ‘problemas políticos’, demandando intervenção governamental.

Castellani Filho, Veronez e Lião Junior (2008), ao analisarem o desenvolvimento histórico das políticas públicas brasileiras voltadas para o Esporte e o Lazer identificaram a predominância de uma concepção de gestão de natureza essencialmente empírica, o que denota a expressão sincrética do conhecimento sobre dimensão da realidade na qual a política deveria incidir. Segundo os autores, o desenvolvimento de estudos e pesquisas dedicados à compreensão destas práticas sociais e a produção de conhecimentos acadêmico-científicos a respeito do tema, poderiam representar um movimento reorientador da lógica de gestão até então prevalecente.

A partir de Ricci, Sotero e Barbosa (2001), observamos que a intenção de experiências, como a mencionada anteriormente, contribuiu de forma operacional com a gestão do Esporte e Lazer pelo Estado, buscando superar as disfunções dos modelos tradicional e burocrático vividos até então. A gestão tradicional, caracterizada pelo costume e fidelidade, centrava-se numa relação intuitiva dos gestores, enquanto que a gestão burocrática se marcava pela centralização administrativa, dando ênfase à competência técnica nas relações impessoais e na sobreposição da dimensão econômica sobre a dimensão social. Disfunções que inviabilizam a participação da sociedade, considerando o envolvimento dos diversos atores na leitura e no tratamento dos problemas sociais relacionados com o modelo de gestão adotado pelo Estado brasileiro.

Com vistas a superação dos modos de governar tradicional e burocrático os referidos autores discutem estruturas colegiadas de gestão por meio do que chamam de “Gestão Participativa em Rede”, cuja organização horizontalizada e flexível, considera os diversos atores implicados nas ações realizadas. Gestão esta fundada em bases teóricas do debate crítico ao neoliberalismo que emergiu nos anos 90 do Século passado.

Experiência da Rede CEDES com a “Gestão Participativa em Rede”

Para avaliação de experiências desta natureza, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, *apud* CAMPOS *et al*, 2002), é necessário considerar não só a eficiência e eficácia das estratégias utilizadas como impactos delas resultantes. Exercício que documenta o vivido em termos de princípios, ações e resultados esperados/alcançados, permitindo identificar dificuldades reais e recorrências delas, auxiliando na revisão de estratégias e identificação de informações oportunas às futuras ações de programas/projetos sociais como este. Nesse sentido, estudamos a trajetória da Rede CEDES de 2003 a 2018, discutindo dados levantados à luz das estratégias de “Gestão Participativa em Rede” usadas pelo Programa, cujos resultados discutimos a seguir.

Diagnóstico das Condições para Desenvolvimento de Ações Horizontais em Rede

Desde 2003, a Rede CEDES realiza ações que a aproximam da concepção de “Gestão Participativa em Rede”. A primeira estratégia foi o mapeamento de grupos de pesquisas sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer existentes nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas brasileiras, sociedades científicas e agências de fomento

à pesquisa. Foram identificados parceiros para estudos sobre esporte recreativo e lazer, balizados nas Ciências Humanas e Sociais. Nesta busca, foram analisados trabalhos, perfis de pesquisadores, tendências de estudos e formas de difusão do conhecimento. Buscava-se a criação de uma rede digital de informações que congregasse pesquisadores, instituições e entidades que partilhassem dos mesmos interesses e objetivos.

Como resultado, iniciou-se o incentivo do CEDES a pesquisadores individuais, mobilizando-os para que constituíssem grupos de estudos sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer, produzindo e socializando conhecimentos sobre: educação esportiva; educação lúdica; avaliação de Políticas Públicas de Esporte e Lazer; análise da produção científica da área; capacitação de gestores públicos do Esporte e Lazer, dentre outras temáticas. Esperava-se que, a cada ano, essas temáticas pudessem modificar e outras ações fossem desenvolvidas com base nos princípios do CEDES, definidos em 2005.¹³

Neste ano, a Rede se fortaleceu com a aprovação, em 14/06/2005, da Política Nacional do Esporte - PNE, que incluiu em seus objetivos: promover a construção e o fortalecimento da cidadania, assegurando o acesso às práticas esportivas e ao conhecimento científico-tecnológico a elas inerentes; e descentralizar a gestão das Políticas Públicas de Esporte e Lazer.

É importante lembrar os princípios da PNE: 1. Reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social; Esporte e Lazer como direito de cada um e

¹³ Princípios do CEDES (2005): 1. Democratização do acesso à informações e conhecimentos sobre o esporte recreativo e lazer; 2. Promoção da equidade regional e microrregional da gestão pública, integrando grupos de estudos, universidades e centros de pesquisa à sociedade; 3. Fomento à produção e difusão de conhecimentos voltadas à execução e aperfeiçoamento das Políticas Públicas de Esporte e Lazer, especialmente da gestão das políticas de lazer e esporte recreativo; 4. Difusão do conhecimento produzido por meio do fomento a eventos científicos e edição/distribuição de material técnico-científicos; 5. Interligação de centros de informação e documentação esportivas para composição de um sistema federal formado pelos centros existentes e os que serão criados; 6. Viabilização de cooperação e intercâmbios dos grupos de pesquisa e centros brasileiros de informação e documentação com a comunidade internacional, pelo Sistema de Rede de Informações. Fonte: Site do Ministério do Esporte.

dever do Estado; universalização e inclusão social; e 2. Democratização da gestão e da participação. Dentre suas diretrizes, a PNE propõe a Ciência e Tecnologia do Esporte, fomentando a produção e difusão de conhecimentos voltados à qualificação de pesquisadores, gestores e outros agentes sociais do Esporte e Lazer das políticas públicas e dos serviços oferecidos à população nestes campos. Fundamentos reafirmados pelo Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte – PNDE (2007/2010), que nomeia a Rede CEDES como uma das ações do Eixo: Inclusão social pelo esporte e lazer.

O diagnóstico sobre as condições de desenvolvimento da “Gestão Participativa em Rede” continuou ao longo da trajetória da Rede CEDES pelo permanente diálogo dos gestores do ME com os pesquisadores em reuniões para tratar de questões específicas e em encontros nacionais anuais com toda a Rede para discutir e deliberar sobre a gestão da mesma, com pautas nem sempre demandadas pelos gestores. Em alguns momentos as demandas eram dos pesquisadores e pesquisadoras, devido a sua organização.

Na leitura da realidade registramos, inicialmente, o apoio a pesquisas sobre políticas: do Paraná (MEZZADRI *et al*, 2006); de São Paulo (HUNGARO *et al*, 2008; HUNGARO *et al*, 2009); do Maranhão (ARAÚJO *et al*, 2008; ARAÚJO 2011); e do Amazonas, Pará e Rondônia (SOARES *et al*, 2011). E, num segundo momento, desde 2015, ampliaram-se as pesquisas diagnósticas sobre a realidade brasileira com a realização de 32 estudos pelos Centros da Rede CEDES, sendo: quatro do AC; uma do

AM; uma do AP; uma do PA; duas de RO; uma de RR; três de TO; duas de GO; sete da BA; duas do CE; uma de PE; três do RN e quatro de SE¹⁴.

Nesse sentido, foram importantes também iniciativas de cooperação e intercâmbio internacional, que viabilizaram a comunicação entre grupos de pesquisa, gestores e centros de informação e documentação brasileiros e internacionais. Um exemplo foi a “Reunião técnica latino-americana sobre Políticas Públicas de Lazer, Esporte e Educação”, realizada em julho de 2009 em Foz do Iguaçu, promovida pelo ME em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEA). Encontro realizado pela Rede CEDES para avaliar condições de criação de uma rede latino-americana de instituições que atuam com lazer, esporte de lazer e educação integrada, com vistas a qualificação das políticas públicas nestes campos. Esta iniciativa influenciaria futuras pesquisas da Rede CEDES, possibilitando o estabelecimento parcerias de pesquisadores brasileiros e de outros países. Destacamos, também, a participação de pesquisadores da Rede CEDES no Diagnóstico Nacional do Esporte – DIESPORTE (BRASIL, 2015), realizado pelo ME (2010/2014); em debates sobre legados dos megaeventos esportivos de pesquisadores e gestores brasileiros e de outros países em eventos da Rede CEDES; nos debates sobre Sistema Nacional de Esporte e Lazer, promovidos pelo Conselho Nacional de Esporte em 2015, quando pesquisadores da Rede atuaram como palestrantes, debatedores e relatores dos Grupos de Trabalho.

Além disso, outras ações envolvendo diferentes atores e instituições nacionais e internacionais, além de corpo técnico, científico e político responsável pela Rede CEDES, contribuíram com fomento de ações horizontais em rede.

¹⁴ Ver: Os relatórios das pesquisas apoiadas pela Rede CEDES, atas de reuniões e cópia de documentos do Programa, bem como trabalhos selecionados por prêmios realizados pela Rede CEDES, citados neste artigo são socializados pelo Repositório Institucional Vitor Marinho.

Leitura e Diálogo Permanente Sobre Problemas Locais, Regionais, Nacionais e Internacionais

As discussões que alinhavaram os princípios, as diretrizes e os objetivos da PNE (2005) fundaram-se, especialmente, nos debates da 1ª CNE (2004), que pautou o Esporte e o Lazer como questões de Estado e fatores de desenvolvimento humano, social e econômico. Discussão ampliada na 2ª Conferência (2006) que tematizou a estruturação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer e, que fundamentou o PNDE (2007/2010).

A participação efetiva dos pesquisadores da Rede CEDES na mobilização, organização, execução e discussões das duas primeiras e da 3ª CNE (2010), contribuiu significativamente para a estruturação e o desenvolvimento da Rede, reconhecida como demanda da população e necessária à política do Governo Federal. No entanto, o resultado mais expressivo da influência das Conferências na trajetória dos CEDES foi alcançado em 2015 com a criação de 27 Centros de Pesquisas da Rede CEDES, sendo um em cada Unidade da Federação. Decisão política do ME que atendeu, especialmente, o Plano Decenal de Esporte e Lazer resultante da 3ª Conferência Nacional (BRASIL, 2010). Nesta, várias deliberações, das decisões aprovadas pela *Linha Estratégica 5 – Ciência, Tecnologia e Inovação do Plano Decenal*, influíram na consolidação da Rede CEDES como Programa valorizado e demandado pela população brasileira.¹⁵

¹⁵ Por exemplo: Meta 1, ação 2: Ampliar em 100%, a cada dois anos, o apoio [o que ocorreu com a aprovação de 27 Centros de Pesquisas] às pesquisas desenvolvidas pela Rede CEDES, priorizando financiamento via edital público com regularidade anual, para IES (p.33); Meta 1, ação 4: Implantar Centros de Pesquisa de Esporte e Lazer [foram implantados 26 Centros de Pesquisas da Rede CEDES em 25 Estados e no Distrito Federal], em três anos, garantindo o incentivo por meio de editais nacionais e estaduais e da difusão da produção científica (p.34); Meta 1, ação 6: Implementar e apoiar cursos, conforme a Lei 9.696/98, treinamentos, seminários, congressos e feiras anuais, [O que ocorre pelo apoio a projetos independentes e nos Centros de Pesquisa da Rede] visando a democratização de conhecimentos e tecnologias que contribuam com o desenvolvimento do esporte e lazer no País (p.35).

A Rede CEDES ampliou leituras sobre os problemas da realidade brasileira e demandas encaminhadas nos debates entre pesquisadores e gestores participantes das reuniões regionais anuais do PELC, durante eventos científicos, pedagógicos e políticos no País; e em reuniões específicas dos gestores da Rede com representantes de órgãos e setores dos governos federal, estaduais e municipais, bem como da sociedade civil.

Destes diálogos nasceram apoios a projetos de *pesquisas induzidas* (que atenderam demandas definidas pelo e com o ME e a SNDEL)¹⁶ e *pesquisas semi-induzidas*, ou seja, referentes a projetos individuais dos pesquisadores, selecionados por Editais/Chamadas Públicas, que definiam as linhas de estudos apoiadas. Lembramos que, aqui, investigamos os Editais/Chamadas realizados de 2006 a 2015.

A Secretária Nacional da SNDEL, Rejane Penna Rodrigues entende que

o Edital deu um norte interessante ao projeto da Rede CEDES, porque ele democratizou as verbas de pesquisa (...) o edital noticiava, ao mesmo tempo, para todas as regiões do País, para todos os interessados, o prazo certo para ser feita a apresentação das propostas científicas. Depois as propostas eram avaliadas por uma comissão muito qualificada que normalmente era formada

¹⁶ Pesquisas induzidas de 2003 a 2006: (Re)visitando o passado... (Re)descobrimo o presente... Um olhar sobre a história do voleibol pelotense. (UFPEL/RS, 2003); Pesquisas brasileiras em Educação Física e Esporte... (UFU/MG, 2003); Observatório de Políticas Sociais de Esporte e Lazer no Grande ABC. (IMES/SP, 2003); Nível de satisfação de escolares por aulas de Educação Física (FUNDESTE/SC, 2003); Práticas corporais no contexto contemporâneo... (FAPEU/SC, 2003); O conhecimento lúdico na formação profissional em Educação Física... (UNICSUL/SP, 2003); Esporte e lazer: práticas lúdicas inclusivas (UFPE/PE, 2004); Lazer e atividades esportivas na Região Metropolitana do Recife... (UPE/PE, 2004); Projeto do Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (CEFET/RN, 2004); Implantação do Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e de Lazer e mutirões e círculos de Esporte e lazer em redes na cidade e no campo (UFBA/BA, 2004); Possibilidades teórico-metodológicas da gestão pública para o esporte e o lazer (UFPR/PR, 2005); Projetos da UFMG/MG (2005): 1) Avaliação de políticas e políticas de avaliação: possibilidades para o esporte e o lazer; 2) A infância, a cidade e a educação: questões para o esporte e o lazer; 3) O CELAR e os estudos do lazer...; 4) Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer. Pesquisa induzida pelo ME em 2006: Observatório do Torcedor - aplicação do Estatuto do Torcedor durante o Campeonato Brasileiro, da Série A, de 2006. (SP: IMES; RJ: UFRJ e UFF; PE: UFPE; RS: UFRGS; PR: UFPR; MG: UFMG). Pesquisas induzidas pela SNDEL de 2008 a 2011: Gênero e raça: inclusão no esporte e lazer (UFRGS/RS et al 2008); Diagnóstico do esporte e lazer na região norte brasileira: o existente e o necessário no Amazonas, Pará e em Rondônia. (UFAM, UFPA e ULBRA/RO, 2009); Pensando políticas públicas de lazer para juventudes em contexto de vulnerabilidade social em Ribeirão das Neves/Minas Gerais (PUC Minas/MG, 2009. Apoio/demanda do Ministério da Justiça/Programa PRONASCI); Gestão da informação sobre esporte recreativo e lazer: balanço da Rede CEDES de 2004 a 2010 (UNESP Rio Claro, 2009); Manifestações da cultura corporal em comunidades quilombolas no estado de Goiás (UFG, 2009; Estudos indígenas (UNEMAT/MT, 2010. Apoio do MEC para atender demanda dos povos indígenas na escola); Lazer do brasileiro (UNIMEP, UFMG et al 2011).

por pesquisadores que não estavam concorrendo no processo (...) com isso o Ministério financiou as pesquisas de maior interesse em cada momento para as Políticas Públicas de Esporte e Lazer no País. (Informação verbal)¹⁷.

A primeira Chamada Pública, proposta e executada em 2006 pelo ME em conjunto com o Ministério de Ciência e Tecnologia/FINEP, visou selecionar e apoiar projetos de pesquisa para o desenvolvimento, aplicação e transferência de metodologias e tecnologias inovadoras voltadas à promoção do Esporte e Lazer como instrumento de desenvolvimento social. Chamada que buscou fortalecer as Redes de pesquisa do ME, contemplando cinco projetos individuais da Rede CEDES¹⁸ e treze da Rede CENESP.

Em 2007 foi criada a Chamada Pública anual específica da Rede CEDES, visando desenvolvimento, aplicação e transferência de metodologias e tecnologias para a gestão do esporte recreativo e de lazer. Foram apoiados 19 projetos individuais de estudiosos do *Sudeste; Nordeste; Sul e Centro Oeste*. Em 2008 a Chamada Pública da Rede aprovou 22 projetos individuais que tematizaram estudos do Esporte e Lazer sobre: Centros de Memória; Perfil de estados e municípios brasileiros; Programas integrados; Desenvolvimento de programas sociais; Observatório do esporte; Gestão de programas; Avaliação de políticas e programas; Sistema Nacional e Infraestrutura.

A Rede também gerou oportunidade de discussão de necessidades e alternativas para as Políticas Públicas de Esporte e Lazer com a criação do “Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social” realizado em duas edições (2008 e 2010)¹⁹.

¹⁷ *Apud*, PINTO, 2014.

¹⁸ Projetos da Rede aprovados pela Chamada Pública MCT/FINEP/ME/01/2006: 1. Consolidação da Rede CEDES (UFPR); 2. Práticas corporais no contexto contemporâneo do Esporte e Lazer re-significados na cidade (UFSC); 3. Levantamento e catalogação de fontes para o estudo da educação do corpo em Belo Horizonte (1891-1930): constituindo o CEMEF-UFMG; 4. Esporte e Lazer- a cidadania em construção: análise do PELC do Ministério do Esporte (UnB); 5. Gestores e agentes sociais de Esporte e Lazer na Baixada Maranhense: estudo dos recursos humanos para o Sistema Nacional de Esporte e Lazer (UFMA).

¹⁹ A 1ª edição premiou 27 trabalhos, sendo: nove dissertações, tese e/ou pesquisa independente; 06 monografias de graduação e/ou especialização; nove relatos de experiência; dois ensaios; e três novas mídias. A 2ª edição do Prêmio premiou 51 trabalhos, sendo: 13 dissertações, tese e/ou pesquisa independente; nove monografias de graduação e/ou especialização; 15 relatos de experiência; três ensaios; e trabalhos sobre mídias com o tema: esporte, lazer, juventude e promoção da paz, nas

Em 2009, o Edital ME/SNDEL/REDE CEDES apoiou 40 projetos individuais de pesquisa de sete IES da *Região Sul*; dez do *Sudeste*; sete do *Nordeste*; cinco do *Centro Oeste* e um do *Norte*. Em algumas IES foram aprovados mais de um projeto, revelando o crescente número de Grupos de Estudos de políticas públicas por instituição.

Entretanto, em julho de 2011, a Rede CEDES sofreu mudanças com a nova organização do ME²⁰, que gerou descontinuidade dos seus editais específicos. Mudança que manteve a SNEAR, criou a Secretaria Nacional do Futebol (SNF) e unificou a Secretaria Nacional do Esporte Educacional com a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, nascendo a Secretaria Nacional de Esporte, Lazer e Educação de Inclusão Social (SNELIS).

Neste ano, a Chamada Pública da Rede CEDES foi publicada e executada em outubro pela Secretaria Executiva/Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica. Mas, os projetos selecionados não foram pagos. Para Cássia Damiani²¹, nesta mudança do ME

o trato com o conhecimento das Ciências Humanas não se consolidou como um núcleo estruturado. Com a unificação e não migração de um líder experimentado em pesquisa, respeitabilidade junto aos seus pares da academia, capacitado e com experiência nos acompanhamentos da Rede, sua produção e problemas, esta ficou sem loco privilegiado para o tratamento de suas questões específicas. Mas não ficou adormecida. Os pesquisadores procuraram o Ministério e pela pressão deles começamos a discutir com eles um modelo de gestão intersetorial de uma política global na Secretaria Executiva com um braço da ciência e tecnologia voltada ao alto rendimento, dialogando com a SNEAR e outro das Ciências Sociais e Humanas, dialogando com a SNELIS. Mas houve uma ruptura drástica desta proposta com a “queda” do Ministro Orlando Silva²². Eram várias as dificuldades: o Ministério absorvia uma crise política interna gerada pela adaptação e criação das duas novas secretarias, perda de um Ministro que ajudou a construir esse modelo, de um secretário executivo que apoiava e estava construindo uma

categorias: três de jornalismo impresso; três de telejornalismo; dois de fotojornalismo; e três vídeos educativos.

²⁰ Mudança definida pelo Decreto n.7.529 de 21/07/2011.

²¹ Extrato de entrevista com a professora de Educação Física e mestre Cássia Damiani, diretora do Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica, da Secretaria Executiva do ME, em 2011 (*apud*, PINTO, 2014).

²² Orlando Silva de Jesus Júnior exerceu cargos de Secretário-Executivo, Secretário Nacional de Esporte Educacional e, no período de 31 de março de 2006 a 27 de outubro de 2011, de Ministério do Esporte.

saída para a ciência e tecnologia no âmbito da Secretaria Executiva. Na reestruturação do Ministério foi criada, mas nunca experimentada, uma coordenação geral de Ciência e Tecnologia no âmbito do planejamento e gestão estratégica (Informação verbal).

Para Cássia Damiani²³ esse problema teria que ser solucionado, pois as pesquisas não podiam parar. Existia um acúmulo de conhecimento sobre a Educação Física e Esporte produzido pelas Ciências Humanas e Sociais que não tinha o apoio equânime pelos órgãos de fomento e pesquisa no Brasil (como o CNPq e CAPES), da mesma forma que é dado às Ciências Biológicas e ciências voltadas ao treinamento.

Neste contexto, em 04/10/2013 foi lançada a Chamada Pública ME/CNPq nº 091/2013, executada em novembro desse mesmo ano, já na gestão do jornalista e Dep. Federal Aldo Rebelo, que tomou posse como Ministro do Esporte em 31/10/2011.

Cássia Damiani entende que,

o novo Ministro e novo Secretário Executivo, que tem uma identidade forte com a ciência e tecnologia, valorizou-se a Rede, pensando em fazer algo mais estruturante [...] Para a Secretaria Executiva essa ação não corresponde mais ao Ministério na sua estrutura, ela passou a ter estrategicamente outro papel. Na visão do Secretário Executivo não cabia uma diretoria ou coordenação geral que cuidasse da ciência e tecnologia no ME. O movimento naquele momento era diferente do movimento inicial que potencializou a pesquisa no ME. Agora o lastro que ficou seria trabalhado em três vertentes: legados dos grandes eventos esportivos e as duas Redes CEDES e CENESP vinculadas ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Para ele a Ciência e Tecnologia são assuntos que devem ser debatidos com seus pares no âmbito interinstitucional [...] com uma modelagem, linhas de pesquisas, financiamento e definição de orçamento para a manutenção da Rede via gestão tripartite - o ME, os parceiros e pesquisadores que elegeriam entre si seus interlocutores e o CNPq (Informação verbal).

Assim, a Chamada Pública ME/CNPq nº 091/2013 foi proposta pelo ME e executada pela Secretaria Executiva em conjunto com o CNPq, entidade responsável pelo processo de seleção do Edital, usando sua maturidade de regras e normas. Decisão que se desvinculou dos princípios participativos adotados pela Rede até 2011. Nessa Chamada foram selecionados projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação

²³ Depoimento de Cássia Damiani da Secretaria Executiva do ME (*apud* PINTO, 2014).

voltados para o desenvolvimento do esporte em suas diferentes dimensões, sendo aprovados onze projetos individuais da Rede CEDES²⁴ e os demais da Rede CENESP.

No mesmo ano de 2013, pela mobilização dos pesquisadores da Rede CEDES, foi realizado na UnB um seminário autoconvocado por eles e apoiado pelo ME/SNELIS, que discutiu a retomada da gestão nacional da Rede CEDES. Esta mobilização resultou na retomada da “Gestão Participativa da Rede CEDES” a partir de 2014, liderada pelo Departamento de Gestão de Programas de Esporte, Educação, Lazer e Programas Intersetoriais, da SNELIS, cuja diretora à época era a professora de Educação Física e mestre Andréia Nascimento Ewerton. Neste ano, a Rede passou a ser reconhecida como Programa da SNELIS, desvinculando-se do PELC e se configurando em dois grandes projetos estruturantes: os *Centros de Pesquisas* e os *Projetos Especiais Independentes*.

Os *Centros de Desenvolvimento de Pesquisas de Políticas de Esporte e Lazer* (CDPPEL) como unidades multifuncionais sediadas em IES públicas e reconhecidas como laboratórios de produção de conhecimentos, informações e trocas de experiências, atuam como polos aglutinadores de grupos de estudos, pesquisadores e outros parceiros.

Os *Projetos Especiais Independentes* propostos pela sociedade são aprovados pela Rede CEDES/SNELIS, segundo critérios publicados para apoio de: 1. Editoração e publicação de periódicos das áreas do Lazer e da Educação Física/Ciências do Esporte; 2. Publicação de livros que contribuem com as Políticas Públicas de Esporte e Lazer; e 3. Realização de eventos de abrangência nacional ou internacional, relacionados ao Lazer e à Educação Física/Ciências do Esporte, apoiados continuamente pelo ME.

²⁴ Neste Edital foram aprovados projetos de pesquisadores da: UFRN; UFG; UFRRJ; UNIVASF. UFSM; UEM; UFMT; UNESP Rio Claro; UFMG; UFSP e da Unicamp.

A partir deste momento foram contratados dois consultores²⁵ com experiência na gestão e pesquisa desenvolvida pela Rede, que contribuíram com a retomada do desenvolvimento da Rede CEDES. Nesse processo, para conveniamento em 2014, a prioridade da Rede foi dada ao apoio a periódicos, publicação de livros e realização de eventos, por meio de “Chamadas Convite”. Estas foram abertas às IES federais, considerando os limites legais postos ao conveniamento de projetos com outras instituições públicas e privadas em ano eleitoral. Ainda neste período, a Rede participou do edital do Programa de Extensão Universitária PROEXT nº 2/2015 do MEC-SESU (Secretaria de Educação Superior), apoiando a “Linha de Pesquisa 13: Esporte e Lazer” e seus subtemas que trataram de questões prioritárias da política social do ME.

Em 2007 ampliou-se o universo de investigação da Rede com apoio de temas não só sobre esporte recreativo e PELC, mas do Esporte e Lazer em geral, investigados à luz das Ciências Sociais e Humanas. Por isso, a sigla CEDES, desde então, não incluiu mais a expressão “esporte recreativo”, sendo tratada como “Centro de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer”. E com a criação dos Centros de Pesquisas da Rede CEDES em todo País, os resultados foram mais abrangentes, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 1: Pesquisas da Rede CEDES de 2003 a 2018

Região	Pesquisas induzidas 2003 a 2005	Pesquisas induzidas e apoiadas por editais 2006 a 2010	Pesquisas induzidas 2011 e 2012	Pesquisas apoiadas por editais 2013 e 2014	Total de pesquisas realizadas 2003 a 2014	Total de pesquisas realizadas nos Centros 2015 a 2018
Norte	0	03	0	0	03	21
Nordeste	04	20	01	01	26	15
Sudeste	07	52	02	07	68	20
Sul	04	38	03	02	47	27
Centro	0	15	0	01	16	15

²⁵ Leila Pinto e Victor Melo em 2014 integraram a equipe de consultores do Programa de Formação da UFMG/SNELIS/ME, tendo em vista contribuir com a retomada e o desenvolvimento da Rede CEDES.

Oeste						
Subtotais	15	128	06	11	160	127
TOTAL DE PESQUISAS APOIADAS DE 2003 A 2018					287	

Fonte: BRASIL, Ministério do Esporte, 2018²⁶.

Esta tabela mostra que de 2003 a 2018, a abrangência de investimentos da Rede CEDES, por região, ampliou-se gradativamente, especialmente após o apoio a pesquisas por meio de Editais públicos. Como desdobramento dos 287 estudos apoiados de 2003 a 2018, identificamos, até 2018, 526 temas discutidos e socializados de diferentes modos, atendendo as dez linhas de pesquisas da Rede CEDES²⁷. Temas que traduzem problemas reais, ampliando o conhecimento da realidade e das demandas da PNE, que variam a cada época e mobilizam novos fundamentos e habilidades de gestão para tratá-las.

Entretanto, essa produção apresenta lacunas, mostrando pouca investigação de temas prioritários para a população, como esporte e lazer para pessoas com deficiências. Apesar do número significativo de temas debatidos, ainda estamos longe de tratar suficientemente das problemáticas do Esporte e Lazer no Brasil, considerando tanto as diferenças e desigualdades regionais do desenvolvimento da Ciência quanto a diversidade de demandas por Unidades da Federação.

²⁶ Consultas realizadas no site do ME/SNDEL/SNELIS e, por internet, nos Relatórios Anuais de Gestão do Ministério do Esporte - SNDEL e SNELIS - Exercícios 2003 a 2018 (Acessos em agosto de 2019).

²⁷ Linhas de pesquisa apoiadas pela Rede CEDES: 1. Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer; 2. Perfil/Diagnósticos de esporte e do lazer; 3. Políticas, programas e ações integradas de esporte e do lazer; 4. Esporte e lazer para grupos com necessidades específicas (indígenas, quilombolas, crianças, jovens, meia idade, idosos, deficientes, mulheres e outros); 5. Observatório de esporte e das práticas corporais; 6. Gestão do Esporte e do Lazer; 7. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais de esporte e lazer; 8. Infraestrutura e espaços de esporte e lazer; 9. Esporte, lazer e processos políticos; e 10. Esporte, lazer, escola e formação.

Descentralização

A discussão anterior nos alerta sobre a necessidade da descentralização da gestão da Rede CEDES, pois somente quando tudo que realizamos acontece mais próximo dos cidadãos, especialmente em diálogo com eles, conseguimos melhor entender e tratar suas demandas e necessidades.

Afinal, a Rede é um programa nacional que objetiva a garantia dos direitos de todos brasileiros e brasileiras à vivência e ao conhecimento do Esporte e do Lazer. Grande desafio, pois o Brasil é um país continental, cuja diversidade e desigualdade precisam ser consideradas. Por isso, “os gestores precisam ficar atentos às condições facilitadoras do acesso inclusivo com equidade, bem como à redistribuição de bens e serviços públicos nos espaços das cidades” (PINTO, 2017, p. 55).

Falamos da descentralização como fenômeno que exige conhecimento da realidade e qualificação de pessoas com competências política e técnica para conhecer, planejar, agir, supervisionar, avaliar e socializar informações e conhecimentos sobre espaços, equipamentos e serviços públicos diversificados de Esporte e Lazer. Por isso, a Rede CEDES ampliou seus parceiros e abrangência de suas ações nas regiões, articulando-as com redes de atendimento das necessidades dos cidadãos.

Nesse sentido, foi fundamental a gestão participativa baseada em conhecimentos científico-pedagógicos estruturantes e numa rede de parceiros que pudessem, coletivamente, investigar e agir sobre a mesma realidade.

Este desafio evidencia a busca, desde 2003, de crescente ampliação de parceiros da Rede CEDES, agregados, inicialmente, à implantação de 13 Núcleos (NC), considerados como instâncias formadas por grupos de pesquisa vinculados à IES públicas, institutos de pesquisa e/ou sociedades científicas.

Resultado: em 2003 integraram-se ao CEDES pesquisadores de seis IES; em 2004 novos NC foram criados com outras cinco IES; em 2005 integraram-se aos NCs mais cinco IES e, em 2006, iniciaram-se parcerias com grupos de estudos de IES particulares sem fins lucrativos.

A ampliação das parcerias pelas Chamadas Públicas fez com que, em 2014, a Rede CEDES reunisse um total de 61 Núcleos de diferentes IES; 82 Grupos de Estudos e 95 pesquisadores de 21 Estados e do Distrito Federal, aglutinando IES na: *Região Norte* (AM, AP, PA e RO); *Nordeste* (AL, BA, PE, RN, MA, PI, PB e SE); *Sudeste* (MG, SP, RJ e ES); *Sul* (RS, SC e PR) e *Centro Oeste* (DF, GO, MT e MS).

Mas foi com a Chamada Pública 1-2015 da SNELIS, visando a criação dos Centros de Desenvolvimento de Pesquisas de Políticas Públicas de Esporte e Lazer (CDPPEL) da Rede CEDES, que a Rede ganhou abrangência nacional com um Centro em cada Unidade da Federação (26 Estados e Distrito Federal). Entretanto, por dificuldades operacionais o projeto de Centro de Pesquisas de Alagoas não foi implantado

Vale lembrar que o Estado de Alagoas já havia participado da Rede CEDES com um Núcleo na UFAL, já tendo, assim, vivido a experiência com a Rede CEDES.

Em 2016, considerando a proposta da Diretora da SNELIS Denise Cardoso de Gusmão Cunha, a Rede CEDES foi incluída como meta 5 do Termo de Execução Descentralizada (TED) do Programa de “Formação e acompanhamento de programas no âmbito do Esporte, do Lazer e fomento à pesquisa da SNELIS”, executado pela UFMG. Programa que reunia uma equipe de consultores da UFMG e de consultores e orientadores da SNELIS para contribuir com o PELC e Rede CEDES.

A mudança de Núcleos a Centros da Rede CEDES ampliou o alcance territorial do Programa e o número de parceiros implicados nas atividades dos 26 Centros de Pesquisas implantados, que, ao todo, aglutinaram, até 2018, 81 IES do Norte (21), Nordeste (26), Centro Oeste (10), Sudeste (09) e Sul (15); 118 Grupos de Estudos sobre Políticas Públicas do Norte (22), Nordeste (29), Centro Oeste (17), Sudeste (17) e Sul (23) e 354 pesquisadores do Norte (74), Nordeste (95), Centro Oeste (53), Sudeste (58) e Sul (74). Destes, 209 são doutores, 98 mestres, 22 especialistas e 22 graduados.

Este resultado também foi possível pelo relevante número de pesquisadores colaboradores do Programa, ou seja: 137 pesquisadores são bolsistas (38,7%) e 217 colaboradores (61,3%). Dados reveladores da confiança e do comprometimento dos estudiosos com a qualificação das Políticas Públicas de Esporte e Lazer do País.

Vale lembrar que em 12/05/2015 o Dep. Federal George Hilton assumiu a pasta do Esporte até 30/03/2016, quando Ricardo Leyser Gonçalves, de forma interina, assumiu o ME²⁸. E em 12/05/2016 tomou posse como Ministro do Esporte o Dep. Federal Leonardo Picciani, que, em 10/04/2018, transmitiu o cargo para o então Secretário da SNELIS Leandro Cruz Fróes da Silva, pasta assumida até sua extinção em 01/01/2019.

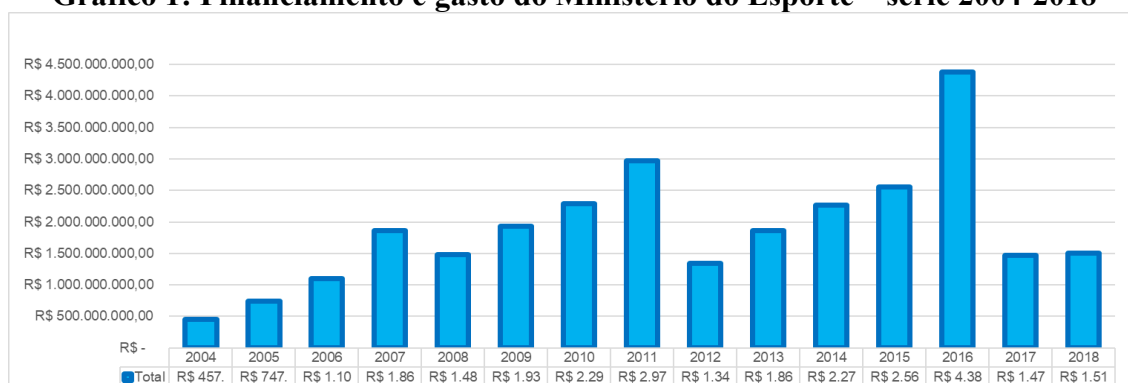
Uma dimensão lógica interpretativa importante para compreensão das prioridades assumidas no processo de formulação e implantação da PNE é o tema do financiamento. Diversos autores têm envidado esforços para identificar e analisar o financiamento e gasto do ME (ATHAYDE; SALVADOR; MASCARENHAS, 2015;

²⁸ Ricardo Leyser, apoiador da Rede CEDES, é Bacharel em Ciências Sociais e Mestre em Administração Pública. Nos quase 13 anos que passou no ME, desde 2003 como assessor do ministro Agnelo Queiroz, ocupou o cargo de Secretário Nacional de Esporte Educacional, Secretário-executivo para os Jogos Pan-Americanos do Rio 2007, coordenador das ações federais na candidatura do Rio de Janeiro à sede dos Jogos Olímpicos Rio2016 e, paralelamente, Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento de 2009 a 2015. Além disso, no mandato de George Hilton assumiu o posto de Secretário-executivo.

CARNEIRO, *et al.* 2019; CARNEIRO; ATHAYDE; MASCARENHAS, 2019; e outros). Não obstante, estudos sobre direcionamento dos gastos à ação/Programa Rede CEDES foram escassos (CARNEIRO; ATHAYDE; MASCARENHAS, 2019).

Para discutirmos os dados sobre financiamento e gasto do ME no período 2004 a 2018, visando identificar o percentual dos recursos direcionados à Rede, recorremos ao Portal no Esporte, ferramenta de monitoramento e visualização gráfica dos recursos públicos do Esporte na esfera federal produzida e atualizada pelo Grupo de Pesquisa e Formação Sociocrítica em Educação Física, Esporte e Lazer da Universidade de Brasília, o Avante-UnB. Pelo gráfico a seguir podemos identificar o financiamento e gasto do ME no período estudado e observar a ampliação dos investimentos relacionados ao período de realização dos grandes eventos esportivos.

Gráfico 1: Financiamento e gasto do Ministério do Esporte – série 2004-2018



Fonte: Transparência no Esporte, 2020²⁹.

Segundo Carneiro, Athayde, Mascarenhas (2019), inicialmente, no Governo Lula, a centralidade da política focou o desenvolvimento de programas sociais esportivos, sobretudo, PST e PELC. Mas a partir de 2007, com a realização dos Jogos Pan Americanos Rio2007, houve uma inflexão para realização de megaeventos esportivos, que passaram a ser o princípio organizador da agenda política do Esporte e Lazer no País.

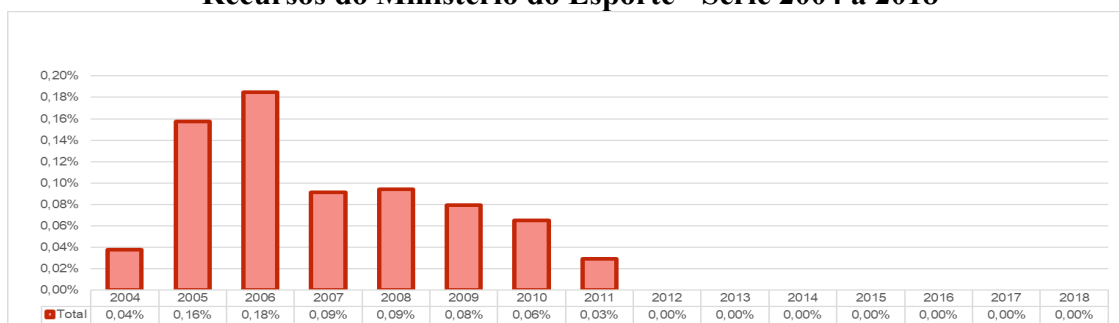
²⁹ Disponível em <http://transparencianoesporte.unb.br/#/inicio>. Acesso em 27 de novembro de 2020.

Neste período “o gasto com megaeventos esportivos foi o segundo maior com R\$ 4,35 bilhões, financiando três megaeventos: Jogos Pan Rio2007, Copa do Mundo FIFA 2014 e Jogos Rio2016” (CARNEIRO; ATHAYDE; MASCARENHAS, 2019, p. 15).

Segundo os autores, se por um lado o volume indica um investimento no Esporte numa ordem nunca realizada no Brasil, por outro observamos a partir das contribuições dos referidos pesquisadores, que o ME teve, na disputa pelo fundo público no período, uma participação irrisória.

Para contribuir com o aprofundamento e ampliação esta discussão, organizamos o gráfico³⁰ a seguir.

Gráfico 2: Distribuição Percentual dos Recursos Rede CEDES em Função dos Recursos do Ministério do Esporte - Série 2004 a 2018



Fonte: Transparência no Esporte, 2020.

O Gráfico 2 nos mostra, por um lado, que os investimentos na Rede CEDES foram maiores nos momentos em que estavam à frente ministros que valorizaram a importância do conhecimento científico produzido pela Rede CEDES para a formulação, implantação e desenvolvimento de Políticas Públicas de Esporte e Lazer. Por outro, nos fazem refletir sobre a importância atribuída ao Programa em cada época.

³⁰ Consultamos o Portal Transparência no Esporte e identificamos que os dados disponíveis se referiam ao período entre 2004-2011. Tentamos complementar as informações recorrendo a Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação – Fala.BR, solicitando as informações sobre o financiamento e gasto com a ação programática/programa Rede CEDES no período entre 2012-2018. A resposta, “não encontramos registro”, parece indicar a importância dada a ação/programa.

Nesse sentido, instigados a questionar o volume de recursos financeiros investidos na Rede CEDES, quando comparados a outros programas do ME, observamos que os poucos valores investidos não impediram a implantação e consolidação da Rede, mesmo diante de inúmeras dificuldades, presentes ao longo do caminho. Além disso, dados e reflexões aqui registrados revelam a importância da atuação dos gestores e das gestoras que estiveram à frente da SNDEL/SNELIS e DCTEC e do coletivo de pesquisadores(as) no período histórico analisado. Ações integradas ampliaram a produção dos Centros, fizeram da Rede CEDES a maior Rede de Pesquisa sobre Políticas de Esporte e Lazer do Brasil e da América Latina, legitimando a importância dos Centros para cada Unidade da Federação.

Implantação de Unidades Multifuncionais

No Encontro Nacional da Rede CEDES de 2014, do qual participaram 117 profissionais³¹, discutimos, entre outros assuntos, a criação dos Centros de Pesquisas da Rede CEDES por meio de um Edital específico, visando alcançar o conjunto dos objetivos estratégicos da Rede, ou seja, realizar pesquisa; socializar informações e conhecimentos; formar e/ou assessorar agentes das Políticas Públicas de Esporte e Lazer.

O compromisso com a gestão participativa foi reafirmado e destacadas duas necessidades do Programa. Primeira, criação do seu marco normativo, dando voz aos pesquisadores e entidades como CBCE e ANPEL (representantes de controle social democrático). Segunda: capacitação do quadro de pessoas atuantes na SNELIS para atuar de forma integrada com as coordenações da Secretaria. O objetivo era qualificar o

³¹ Os participantes eram pesquisadores da Rede, do PELC, do Programa Vida Saudável; do PST; convidados da SNELIS; servidores do ME e da UFMG, organizadora do evento.

acompanhamento científico pedagógico dos projetos realizados e agilizar os trâmites internos, gerando condições para o atendimento das demandas operacionais da execução das parcerias estabelecidas por TEDs e convênios.

As discussões deste Encontro resultaram no lançamento e execução da Chamada Pública nº 1-2015 do ME/SNELIS/REDE CEDES, que aprovou a criação de 27 Centros, abrangendo todas as Unidades da Federação. E, no mesmo ano, iniciaram-se a efetivação das parcerias com IES sedes, resultando na criação de 26 Centros (24 Federais e 02 Estaduais). Além disso, foram elaboradas e validadas coletivamente pelo ME com os pesquisadores da Rede e outros participantes da Reunião Nacional do Programa de 2015, em Brasília, o documento de “Diretrizes dos Centros de Pesquisas da Rede CEDES”, lançado nacionalmente durante os Jogos Olímpicos Rio2016.

Os Relatórios dos Centros até 2018 nos mostram que alguns já concluíram seus TEDs/Convênios e outros ainda dão andamento aos projetos pactuados com a SNELIS. Contudo, os resultados até aqui alcançados permitem-nos dizer que *a criação dos Centros de Pesquisas da Rede CEDES foi uma estratégia que deu certo!* Resultado evidenciado pelos números do balanço dessa implantação³², que registram:

Pesquisas: 127 foram desenvolvidas, abrangendo as dez linhas de estudos da Rede. Destas, 100 foram propostas na criação dos Centros e as demais, posteriormente, aprovadas pela Rede CEDES, atendendo novas demandas locais.

Socialização de conhecimentos e informações por meios impressos e/ou digitais, com acesso aberto pelo Repositório Institucional Vitor Marinho (RIVM), da Rede CEDES, realizaram-se: eventos; publicação de livros, capítulos de livros, artigos em periódicos científicos, trabalhos em Anais de eventos científicos; boletins eletrônicos;

³² Ver: as Diretrizes dos Centros de Pesquisas, relatórios, atas, publicações e outros dados em: www.vitormarinho.ufsc.br

edições educativas veiculadas por rádios e jornais; produção de materiais didáticos; alimentação de Centros de Memória; *sites*, páginas em redes sociais e *blog*.

Formação e assessoria de agentes das políticas públicas por meio de: disciplinas optativas (Graduação e Pós-Graduação); curso de aperfeiçoamento, especialização lato sensu e extensão; atividades em eventos científicos como ENAREL e CONBRACE; orientações de estudos científicos de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado; realização de intercâmbios entre Centros e com pesquisadores de outros países, bem como acompanhamento e/ou intervenção em processos políticos.

A integração destas atividades gestou novos pactos com instituições, entidades, pesquisadores, gestores e legisladores. E as “Diretrizes dos Centros” orientaram ações contínuas da Equipe Executiva e o Grupo Gestor Local de cada unidade, bem como a realização de reuniões do Grupo Gestor Nacional (2017 e 2018), composto por todos os coordenadores de Centros, gestores do ME/SNELIS/Rede CEDES, representantes regionais dos pesquisadores e do CBCE e ANPEL (entidades de controle social).

Em síntese, o Programa Rede CEDES exercitou uma gestão participativa plural, local/nacional e em rede, requerendo novas capacidades dos agentes das políticas públicas envolvidos, bem como a gestão do fluxo de informações e conhecimentos produzidos – quinta estratégia da “Gestão Participativa em Rede” discutida a seguir.

Criação de Sistema de Informação

Castellani Filho, Veronez e Lião Junior (2008) destacam o potencial dos conhecimentos científicos e tecnológicos, produzidos historicamente pela humanidade, para a qualificação das ações de Governo, sobretudo, para a definição do desenho da política pública a ser implementada. Nessa direção, o fomento à produção e à difusão do

conhecimento voltado à gestão de políticas sociais do Esporte e Lazer ganharam significados especiais para a requalificação e formação continuada dos gestores e conjunto de atores envolvidos com o Esporte e o Lazer. Estes, em última instância, são os responsáveis pela chegada à população das ações de Governo na área, garantindo a democratização e equidade na sua distribuição, a participação política dos munícipes, a promoção do bem-estar e justiça social, qualificando a cidadania.

Nesse aspecto, é destacada a necessidade de iniciativas centradas na ótica da Gestão do Conhecimento onde informação, documentação, inovação tecnológica e pesquisas sobre as Políticas Públicas de Esporte e Lazer ganharam relevância e se materializam como atividades que auxiliam os atores governamentais e não governamentais. Tal dinâmica qualifica o Estado em sua responsabilidade pela execução de políticas de direito ao esporte e ao lazer e, portanto, como política pública que viabilize e garanta o acesso da população brasileira a todos os segmentos etários, pessoas com deficiência e necessidades educacionais especiais, numa perspectiva intergeracional, de ações contínuas que respondam às suas necessidades (CASTELLANI FILHO; VERONEZ; LIÃO JUNIOR, 2008).

Com base nestes fundamentos o ME/SNDEL/DCTEC criou em 2004 o Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte (CEDIME), que estabeleceu linhas de ação para a composição de um Sistema Nacional de Informação e Documentação Esportivo formado pelos centros existentes, contribuindo com a comunicação entre pesquisadores, gestores e demais usuários dos serviços de esporte e lazer no Brasil. Pretendia-se democratizar o acesso à informação e documentação sobre esporte e lazer e iniciar a construção de uma política nacional de informação e documentação em Ciência do Esporte, prevista pela PNE (BRASIL, 2005).

O CEDIME apoiou centros de memória, museus, produção e distribuição de publicações impressas e socialização de informações por meios digitais e periódicos brasileiros da Educação Física, do Esporte e do Lazer. Executou ainda o Edital Mais Museus (2010) do ME/CEDIME e o Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN, lançados como legados das Olimpíadas e Paralimpíadas Rio2016. Este visava incrementar o desenvolvimento esportivo do País pela valorização da diversidade cultural brasileira, incentivando ações em rede entre universidades, clubes, federações, confederações, entidades e instituições da Educação Física, Esporte e Lazer, motivando-os a organizar e preservar seus acervos.

O CEDIME também fortaleceu a interlocução da comunidade acadêmica e gestores esportivos com a realização, em 28 de abril de 2006 em Brasília, do I Congresso Brasileiro de Informação e Documentação Esportiva (CONBIDE). Evento que aconteceu em paralelo à Reunião do Comitê Executivo da *International Association for Sport Information* (IASI), entidade que aglutina especialistas da área. Na sequência e executado pela Rede CEDES, em 2008 foi realizado o II CONBIDE em Belo Horizonte, retomando as discussões da edição anterior e ampliando o debate sobre ações em desenvolvimento (SIBRADID, CEDIME, Centros de Memória da Rede CEDES, Bibliotecas Virtuais, Bibliotecas Municipais, entre outras) e outras iniciativas que possam qualificar a PNE. Em paralelo, realizou-se a Reunião Anual dos Pesquisadores da Rede CEDES.

Em 2009 foi ampliada a discussão sobre a Gestão da Informação na Rede CEDES, cuja necessidade cresceu uma vez que, naquela época, já se contavam 143 pesquisas publicadas, requerendo a socialização do conhecimento produzido com menor

custo de distribuição de publicações impressas e maior abrangência/alcance da difusão nacional.

Por isso, em 2010 foi demandado e aceito pelo pesquisador do CEDES-SC, Giovani de Lorenzi Pires (coordenador do Labomídia/UFSC), o desafio da criação de um Repositório para a Rede. Tecnologia que foi desenvolvida por Rodrigo Duarte Ferrari, à época bolsista da Rede CEDES e aluno do Mestrado em Educação Física desta Universidade, orientando do professor Giovani. O projeto contou com o apoio técnico da Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação (SeTIC/UFSC), cuja experiência acumulada contribuiu com o desenvolvimento da Rede CEDES. O Repositório da Rede, que em 2013 foi rebatizado como Repositório Institucional Vitor Marinho (RIVM), objetiva reunir, preservar e disponibilizar, organizadamente, a produção científica e tecnológica da Rede CEDES, dando visibilidade aos documentos reunidos num mesmo espaço digital, cujo acesso aberto se faz por meio de um endereço comum, que facilita as consultas dos usuários.

O avanço nas atividades da Rede CEDES gerou também a necessidade de um Sistema que qualificasse a difusão das informações e conhecimentos produzidos. Porém, a falta de orçamento da SNELIS visando contratação de uma empresa de TI para criar o referido Sistema foi discutida com os parceiros da UFSC que, em 2017, acolheram esta demanda e propuseram o replanejamento do Repositório. A proposta era reestruturar o RIVM, tornando-o uma ferramenta informacional digital de apoio à gestão do Programa, composta de instrumentos e procedimentos para armazenamento e tratamento de dados e informações, bem como acompanhamento e avaliação continuada dos dados a ele submetidos e analisados por indicadores relativos às ações da Rede.

Com a aprovação desta proposta pelo SNELIS, a equipe de consultores para a gestão da Rede CEDES foi ampliada e criada uma coordenação de TI liderada pelo professor Rodrigo Ferrari e outros profissionais participantes, dentre eles o professor José Ângelo Machado, da UFMG, responsável pela elaboração dos indicadores da Rede CEDES. Assim, nas 1ª e 2ª Reuniões do Grupo Gestor Nacionais dos Centros da Rede CEDES (2017 e 2018) foram discutidos e validados os indicadores da Rede CEDES, e debatido o projeto de desenvolvimento do Sistema articulado à ao RIVM.

Nessas discussões os gestores do Programa evidenciaram a necessária convergência entre duas demandas a ser contempladas pelo “Sistema de Monitoramento e Avaliação dos CDPPELs da Rede CEDES”.

A primeira, de caráter “horizontal”, considera indicadores de “governança em rede”. Expressa a produção do Programa nas suas dimensões; permite comparações e localização espacial dos fenômenos; e fornece informações a debates e tomadas de decisões colegiadas no âmbito da Rede.

E a segunda, de caráter “vertical”, considera indicadores do “Sistema de Prestação de Contas”. Expressam o grau de implementação das metas financeiras e permite acompanhamento da execução dos Planos de Trabalho pactuados pelos Centros. Como o projeto do Sistema não foi concluído, pois foi finalizada a parceria da SNELIS com a UFMG em agosto de 2019, este continua sendo um dos desafios futuros do Programa Rede CEDES.

Ponto de Passagem

O estudo nos mostrou que a “Gestão Participativa em Rede” permitiu ao Programa alcançar resultados significativos, considerando, especialmente as dimensões

da: diversidade; convivência entre o estruturado e o não estruturado; articulação da rede de conhecimento, formação e informação.

A avaliação da implantação e do desenvolvimento dos Centros, realizada pelos seus coordenadores até novembro de 2018³³, evidencia a dimensão da **diversidade**, por meio da concretização dos Centros da Rede CEDES, meta da Ação/Programa desde sua criação. Isso porque pela primeira vez na história brasileira foi criada uma Rede de pesquisadores em Políticas Públicas de Esporte e Lazer, posteriormente descentralizada para cada UF. Implantação que diversificou e interiorizou o Programa em todas as Regiões do País, mesmo nos Estados com menor impacto no âmbito da pesquisa nacional e com grandes dificuldades logísticas e culturais quanto esta área do conhecimento, o que contribui com o desenvolvimento local, estadual e mesorregional.

A abrangência do Programa deu maior visibilidade nacional da Rede, mobilizando participantes de várias cidades para participarem das pesquisas, dos eventos e das oficinas realizados. Abrangência que também atendeu a uma diversidade significativa de público-alvo beneficiado³⁴ – importante impacto social da Rede CEDES.

Além disso, os resultados levantados mostraram que os produtos resultantes das 114 pesquisas realizadas nos Centros, contribuem para: maior conhecimento da realidade de todas as regiões brasileiras; avanços em vários estudos temáticos

³³ Essa parte de texto considera as avaliações realizadas pelos coordenadores e registradas nas atas das duas reuniões do Grupo Gestor Nacional dos Centros de Pesquisas da Rede CEDES (abril de 2017 e novembro de 2028), socializadas em: www.vitormarinho.ufsc.br

³⁴ Participantes de políticas, programas, projetos e temas estudados: órgãos do esporte, conselhos, clubes esportivos e sócio recreativos, ligas e federações, torcidas organizadas, empresas, polícia militar, associações de municípios, parceiros das políticas públicas; e participantes de atividades educacionais realizadas pela Rede CEDES. Pessoas com várias idades e deficiências; representantes de comunidades e agentes sociais; gestores, técnicos e funcionários públicos; praticantes de esporte e lazer, dirigentes esportivos e grupos de danças; animadores culturais e coordenadores de projetos; estudantes, pesquisadores, professores e outros profissionais; povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e da região semiárida brasileira; além da população em geral interessada nas questões tratadas.

relacionados à gestão do Esporte e Lazer; promoção de várias atividades de formação de gestores e outros agentes das Políticas Públicas de Esporte e Lazer; realização de várias atividades de educação pelo e para o esporte e o lazer; e para o desenvolvimento de pesquisas e outras ações voltadas ao avanço do conhecimento histórico e à preservação da memória de Políticas de Esporte e Lazer em várias regiões do País.

A **convivência entre o estruturado e o não estruturado** na implantação dos Centros foi possível e identificada por meio da conquista de espaços físicos e apoio do corpo técnico das IES sedes, bem como, pela qualificação da infraestrutura e equipes executivas necessárias ao funcionamento dos Centros. Importante destacar que as IES sedes, onde existem Grupos de Pesquisas que já foram parceiros da Rede CEDES por meio de Editais anteriores de fomento de pesquisa, valeram-se de estruturas físicas/tecnológicas já existentes no desenvolvimento de seus Centros de Pesquisas.

Ao final de 2018 tínhamos 25 Centros estruturados e em funcionamento. O Estado de Alagoas, como já dito, devido a problemas burocráticos não conseguiu implantar o seu Centro e Mato Grosso do Sul, também por problemas burocráticos junto ao ME, pouco pôde realizar no sentido da implantação e desenvolvimento de seu Centro. Além disso, 2018 foi um período de renovação para várias equipes seja considerando reformulações de planos de trabalho e/ou adesão de novos pesquisadores.

O replanejamento coletivo contínuo do Programa, sustentado pelas Diretrizes Nacionais dos Centros de Pesquisas da Rede CEDES (2016) e acessos aos técnicos do ME para adequação de projetos e orientações necessárias à execução do projeto aprovado, permitiu estabelecer relações que geraram redes de cooperação, que se realimentaram.

Os diferentes modos de **articulação** ampliaram o diálogo, potencializando parcerias com IES, pesquisadores e estudantes bolsistas e colaboradores; com as entidades científicas CBCE e ANPEL e outros setores sociais atuantes com as políticas públicas. Assim, cresceu a valorização do trabalho em rede enquanto oportunidade de articulação entre Centros, cooperação entre eles e outros pesquisadores do País.

Articulações que influem no reconhecimento da Rede CEDES como espaço de crescente participação de pesquisadores, estudantes e gestores. Resultado: vimos gestores e outros agentes das políticas públicas participarem ativamente do Programa como sujeitos de pesquisa ou controle social e, inclusive, como pesquisadores colaboradores. Vimos também vários pesquisadores integrarem comissões legislativas e executivas, dentre outras ações que tratam de questões importantes das políticas municipais e das UFs. Além disso, destacou-se a inclusão das Políticas Públicas de Esporte e Lazer nas agendas institucionais das IES participantes, sendo que muitas com maiores aproximações das instâncias executivas estaduais e municipais, bem como legislativas, participando e/ou assessorando fóruns, sessões, comissões e frentes parlamentares, e outros processos políticos em prol da garantia dos direitos do esporte e lazer. Alguns Estados conseguiram criar uma rede colaborativa de pesquisa e instituições.

E os Centros de Pesquisas da Rede CEDES ao serem assumidos como uma **rede de conhecimento, formação e informação** alcançam objetivos do Programa, contribuindo com a produção de conhecimentos fundamentados no campo das Humanidades - campo cujo apoio não é prioritário junto às agências de fomento à pesquisa do País –, influenciando, significativamente, no avanço da Ciência no Brasil.

Além disso, os Centros contribuem com: o fomento da cultura da pesquisa e o aumento do número de Grupos de Estudos sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer, cadastrados na base Lattes do CNPq, muitos deles oriundos, especialmente, de Estados com pouco acúmulo ou nenhuma experiência desta natureza; o fortalecimento da gestão pública interdisciplinar; debates sobre direitos dos cidadãos; protagonismo na indução, no fomento e estabelecimento de linhas de estudos que investigam demandas das Políticas de Esporte e Lazer, dialogando com a produção das Ciências Humanas e Sociais.

Como espaço de formação, os Centros de Pesquisas realizam ações com diferentes níveis de aprofundamento teórico-metodológico, comprometem-se com a capacitação continuada dos seus pesquisadores, estudantes bolsistas e colaboradores, gestores e outros agentes das políticas públicas. Como desafios para a formação foi sugerido: cursos preparatórios para nortear o andamento das ações do Centro e gestão de questões pedagógicas e orçamentárias; formação a distância (EAD) em pesquisa; formação de gestores e formação continuada para os bolsistas da Rede: estudantes e pesquisadores.

E como espaço de informação, os Centros socializam os conhecimentos e as informações que produzem sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer, ampliando condições de comunicação e interligação entre integrantes de seus projetos e destes com a sociedade. Objetivo que em 2018 não tinha sido ainda plenamente alcançado, pois não basta produzir conhecimentos relevantes e socializá-los por meio de alguns canais. A Rede precisa avançar na Gestão do Conhecimento produzido e produção de publicações acessíveis a todos os beneficiados do Programa. Ampliação que demanda a sistematização e ampla socialização do conhecimento elaborado e o mapeamento de

boas práticas. Há clara preocupação com o impacto social da produção e socialização do conhecimento produzido, sua apropriação e uso pela sociedade, com capacidade de trazer benefícios a todos. É preciso garantir uma circulação eficiente das informações produzidas, mobilizando suas utilizações.

Nesse sentido, são fundamentais o Repositório Vitor Marinho e outras tecnologias de informação e comunicação disponíveis para garantir acessibilidade aos conhecimentos e informações produzidos e os resultados dos investimentos públicos na Rede CEDES.

Entretanto, os Centros de Pesquisas da Rede CEDES, no período de 2016 a 2018, também enfrentaram vários **limites, percalços e identificaram alternativas**.

De início, os coordenadores destacaram a **instabilidade política da nação** que impactou na gestão setorial de esporte e lazer, não só do Programa, considerando tanto implicações da conjuntura da política nacional na execução de algumas ações quanto a incerteza diante das questões políticas do País e a inexperiência de novos gestores da SNELIS em relação à estruturação do Centro de Pesquisas da Rede CEDES. Instabilidade que influenciou na interrupção de ações do Programa, resultantes de cortes orçamentários e atrasos no repasse dos recursos financeiros.

Além disso, a publicação da Portaria nº 28 de 16 de fevereiro de 2017 impactou diretamente na execução dos Planos de Trabalho dos Centros, que demandaram revisões, sendo que vários Centros não conseguiram executar as descentralizações referentes às verbas de custeio realizadas pelo ME, uma vez que estas, em razão das mudanças nos Planos de Trabalho, foram feitas sem tempo hábil para tal.

Considerando este contexto, uma das participantes (Controle Social) da reunião de avaliação do Programa de 2018 identificou outro fator a seu ver limitante, ou seja, a

ausência de proatividade dos coordenadores de Centros da Rede CEDES neste período. Noutros momentos, segundo ela, em cenários muito mais favoráveis, os coordenadores assumiram posições muito mais críticas e de resistência. Isso dificultou o avanço da discussão sobre a necessidade da organização das ações do grupo em prol das dificuldades vividas pelos Centros.

Nesse sentido, na reunião de novembro de 2018, como fruto das discussões sobre problemas vividos pela Rede CEDES em razão da dimensão política, o grupo elaborou uma carta propositiva para a continuidade da Rede, encaminhada ao Conselho Nacional do Esporte por meio do presidente do CBCE, um dos participantes da reunião como Controle Social. Os coordenadores propuseram ainda: realizar encontros periódicos e reunião institucional no CONBRACE (CBCE) para avançar nas discussões sobre questões dos Centros; maior articulação dos pesquisadores da Rede não apenas para desenvolvimento de pesquisas e outras ações nos Centros, mas também para o movimento político junto ao ME e a organização dos pesquisadores da Rede para desenvolver encontros técnicos e políticos por autoconvocação do grupo.

Questões relacionadas à **gestão do Programa pelo ME** também geraram vários entraves, tais como: burocracia nos trâmites dos processos para estabelecimento de parceria entre ME e as IES sedes; dificuldade na obtenção junto ao ME de informações claras e objetivas quanto às questões orçamentárias; falta de alinhamento entre as orientações técnicas do ME e as normas federais que regem as IES federais; orientações desencontradas do ME sobre assuntos jurídicos, técnicos e documentos necessários à gestão; demora no retorno de respostas a solicitações de coordenadores de Centros às Coordenações da SNELIS, comprometeram a realização de atividades previstas no Plano Básico; falta de tempo hábil para pregão ou licitações impossibilitou o empenho

até o fim do ano e gerou devolução de recursos em vários Centros; engessamento de projetos; dificuldades colocadas em relação à parceria do ME com as Fundações das IES; diferenças de valores entre orçamentos apresentados no Plano Básico e atas de preços aprovadas e em vigência na IES, impediram a aquisição dos equipamentos constantes do Plano de Trabalho; questões de ordem técnica na captação e uso dos recursos via SICONV se sobrepuseram à questões do Plano de Trabalho; dificuldade de tramitação interna das ações do Programa; informação de dotação orçamentária e não financeira.

Para tratar questões desta natureza foi sugerido: na elaboração de futuros editais garantir maior diálogo entre o setor orçamentário-financeiro do ME e das IES, a fim de minimizar dificuldades no uso dos recursos descentralizados; repasse do orçamento financeiro dentro do cronograma do projeto do Centro; alinhamento do setor de parcerias e convênios da SNECIS como o setor pedagógico e jurídico, padronizando as orientações desta Secretaria Nacional; utilização de atas aprovadas na administração pública como referência para os preços do material permanente com vistas a diminuir a diferença entre os preços de mercado e aqueles aplicados nos órgãos públicos; ampliar a equipe técnica do ME para atender as demandas técnico-executivas dos coordenadores de Centros.

Outros **limites foram vividos pelos coordenadores** nas suas IES, como: distância entre os pesquisadores dificultando a comunicação entre eles; dificuldades com a gestão financeira pela IES; dificuldade para criar novos grupos de pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer devido a insuficiência de estudos sobre essa temática no Estado; poucos pesquisadores com experiência nas Políticas Públicas de Esporte e Lazer e várias as dificuldades para encontrar parceiros no Estado que possam

compartilhar questões relacionadas à pesquisa nesta área; esforços envidados para que gestores públicos pudessem se envolver nas atividades do nosso Centro não tiveram sucesso - não houve retorno dos gestores municipais e estaduais aos nossos convites, a não ser pontualmente para a participação na abertura do evento internacional que realizamos em 2017.

Também em relação à gestão nacional do Programa foi levantado que as reuniões anuais realizadas com os coordenadores focaram nos problemas de gestão, com pouco espaço para o debate político e acadêmico-científico. Foi destacada a importância do reencontro físico de todos os coordenadores para discussões sobre o desenvolvimento dos projetos e outras questões relativas à gestão dos Centros. Para diminuir o custo dos deslocamentos dos coordenadores foram propostas a realização de reuniões anuais de coordenadores de Centro: uma em Brasília com a presença de todos e outras regionais.

Foi sugerido que a SNELIS ampliasse suas visitas técnicas, tendo em vistas contribuir com a gestão dos Centros, maior articulação presencial entre os setores técnicos do ME e das IES sede, orientações sobre as questões financeiras, gestão do Centro, gestão do sistema e do Repositório. Também foi ressaltada a necessidade de agregação de novas ações (colaborativas) às ações do Centro, visto que os parceiros desenvolvem muitas outras atividades como orientações, publicações, participação em eventos dentre outras.

Algumas parcerias entre Centros de Pesquisas enriqueceram o processo de socialização de informações e formação de pesquisadores e gestores. A socialização do conhecimento sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer, para além do Repositório, via publicações e participação em eventos em nível internacional é uma demanda constante.

Foi importante o interesse da Revista da ANPEL para investir na publicação das produções da Rede. E todos reafirmaram a importância de uma política como a Rede CEDES para o desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Esporte e Lazer em termos de eficiência, eficácia e promoção da equidade social. Para tanto, se faz necessária a continuidade e a estabilidade da própria política pública que criou a Rede de Centros de Desenvolvimento de Pesquisas de Políticas de Esporte e Lazer em respeito aos recursos públicos e aos alunos e profissionais que se envolveram nesse projeto.

Este estudo reafirma a ideia de rede como espaço de convergência de vários atores sociais, todos incompletos, que precisam tecer articulações e esforços mobilizados por objetivos definidos e potencializados por recursos com e para um público comum. Espaço aberto de complementaridade e cooperação com regulação, que só pode ser respeitado se contemplar a intermediação da participação popular e do controle público. Além disso, com base em Ricci, Sotero e Barbosa (2001), a Rede CEDES se consagra como uma rede fundamentada na vertente extragovernamental do princípio da descentralização, ou seja, considerando o compartilhamento de poder entre Estado e sociedade civil.

Enfim, esta é uma história com muitos fatos e dados a serem ainda analisados, desafio ampliado desde 2019 com a nova configuração do Governo Federal, onde a Rede CEDES continua com ações e... construindo outras histórias a contar!

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, S. M. **Conselhos estaduais de esporte e lazer no nordeste brasileiro: participação popular e controle social em questão.** São Luís: EDUFMA, 2011.

_____; VIANA, R. N. As. (Org.). **Esporte e lazer na cidade de São Luiz-MA: elementos para a construção de uma política pública.** São Luís: EDUFMA, 2008.

ATHAYDE, P; SALVADOR, E; MASCARENHAS, F. Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de esporte e lazer no governo Lula. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 37, n. 1, p. 2-10, jan./mar. 2015.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BORON, A. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. RJ: Paz e Terra, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. Medida Provisória nº 103, de 1/1/2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília: Edição Especial do **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 01 de mar 2003.

_____. Ministério do Esporte. Portaria nº 92 de 17/7/2003. *Aprova o Regimento Interno do Ministério do Esporte*. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 21 de julho de 2003.

_____. Ministério do Esporte. **Política Nacional do Esporte**. Brasília: Assessoria de Comunicação do Ministério do Esporte, 2005.

_____. Ministério do Esporte. **Documento final da 3ª Conferência Nacional do Esporte**. Brasília: Assessoria de Comunicação do Ministério do Esporte, 2010.

_____. Ministério do Esporte. **Diagnóstico Nacional do Esporte/DIESPORTE: Caderno 1**. Brasília: Edições do Ministério do Esporte, 2015.

CAMPOS, P. *et al.* **Políticas sociais e ampliação da cidadania**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

CARNEIRO, F. H. S. et al. Os gastos tributários com esporte nos governos Lula e Dilma. **Revista Movimento**. Porto Alegre, p.e25059, out. 2019. ISSN 1982-8918.

_____; ATHAYDE, P. F. A.; MASCARENHAS, F. Era uma vez um Ministério do Esporte: seu financiamento e gasto nos governos Lula, Dilma e Temer. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 31, n. 60, p. 01-22, outubro/dezembro, 2019.

CASTELAN, L. P. **As Conferências Nacionais do Esporte na configuração da política esportiva e de lazer no governo Lula (2003-2010)**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas - Campinas, SP: [s.n.], 2011.

CASTELLANI FILHO, L.; VERONEZ, L. F. C.; LIÃO JUNIOR, R. O esporte recreativo, o lazer, a saúde, a ciência & tecnologia no âmbito da Política Nacional de Esporte no 1º. Governo Lula 2003/2006. In: HÚNGARO, E. M.; SOUSA, W. L. L. (Org.) **Cultura, educação, lazer e esporte: fundamentos, balanços e anotações críticas**. São Caetano do Sul: Alpharrabio, 2008. p. 63-92. (ONU, *apud* CAMPOS *et al*, 2002)

COHN, A. As políticas de abate social no Brasil contemporâneo. **Lua Nova**, SP, n. 109, p. 129-160, abril de 2020.

COUTINHO, C.N. **Intervenções**: o marxismo na batalha das ideias. São Paulo: Cortez, 2006.

FAGNANI, E. Política social e pactos conservadores no Brasil: 1964/92. **Economia e sociedade**, Campinas, SP, v. 8, n. 1, p. 183–238, 1997.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**. Brasília, n.21, p.211-259, jun. 2000. Disponível em: <http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=20060818lobista>. Acesso em: 16 de novembro 2020.

HUNGARO, E. M.; SOUSA, W. L. L.; (Org.). **Cultura, educação, lazer e esporte: fundamentos, balanços e anotações críticas**. Santo André: Alpharrábio, 2008.

_____; GARCIA, C. C.; DAMASCENO, L. G. (Org.). **Estado, política e emancipação humana: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais**. Santo André: Alpharrábio, 2009.

LINHALES, M. A. Políticas públicas para o esporte no Brasil: interesses e necessidades. In: SOUZA, E. S.; VAGO, T. (Org.) **Trilhas e partilhas: educação física na cultura escolar e nas práticas sociais**. BH: Gráfica e Editora Cultura, 1997, p. 219-229.

MASCARENHAS, F. Megaeventos esportivos e Educação Física: alerta de tsunami. **Revista Movimento**. Porto Alegre, v. 18, n. 01, p. 39-67, jan/mar de 2012.

MEZZADRI, F. M.; CAVICHIOLLI, F. R.; SOUZA, D. L. **Esporte e lazer: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas**. Jundiaí: Fontoura, 2006.

NOGUEIRA, M. A. **Um estado para a sociedade civil**. Temas éticos e políticos da gestão democrática. SP: Cortez, 2004.

PINTO, L. M. Legado da Rede CEDES para o esporte de lazer no Brasil: conquista política pelo conhecimento, tecnologia e governança. In: MARINHO, A., NASCIMENTO, J. V.; OLIVEIRA, A. A. B. (Org.). **Legados do esporte brasileiro**. Col. Temas em Movimento. V. 5. Florianópolis: Editora da UDESC, 2014. p. 331-376.

PINTO, L. M.; SILVA, L. P. **Gestão participativa do PELC**. BH: Editora da UFMG, 2017.

RICCI, R.; SOTERO, F.; BARBOSA, L. A. A. **Gestão participativa em rede: descentralização e participação popular em gestões municipais**. BH: Consultoria de Políticas Públicas, 2001.

SILVA, M. R.; SILVEIRA, J.; ÁVILA, A. B. Políticas públicas para o esporte: cidadania e inclusão social. In: SILVA, M. R. (org.). **Esporte, educação, estado e sociedade**: as políticas públicas em foco. Chapecó, SC: Argos, 2007, 140-152.

SOARES, Artemis et al. Diagnóstico do Esporte e Lazer na Região Norte Brasileira: O Existente e o Necessário. Manaus: EDUA, 2011.

STAREPRAVO, F. A. **Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil**: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico. Tese (Doutorado). Curitiba, PR: Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, 2011.

Endereço do(a) Autor(a):

Leila Mirtes de Magalhães Pinto
Endereço eletrônico: leilamirtesmp@gmail.com

Wilson Lino
Endereço eletrônico: wlino@ufg.br